



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA E DO OUTRO LADO A EMPRESA S A SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. CONFORME PROCESSO LICITATORIO Nº 008/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021.

CONTRATO Nº 006 /2021.

O **MUNICÍPIO DE CAMUTANGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.362.779/0001-01, com sede na Avenida Presidente Getúlio Vargas, representado neste ato pela Sr.^a Prefeita Talita Cardozo Fonseca, brasileira, empresária, portadora da Carteira de Identidade de nº 9.383.815-SDS/PE, e inscrita no CPFMF sob o nº 704.431.514-31, residente e domiciliada a Rua Santa Cruz, nº. 10, Centro, Camutanga – PE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e da outra parte a empresa **S A SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 28.942.539/0001-89, situada na Rua Capital do Agreste, nº. 67, bairro Luiz Gonzaga, cidade Caruaru/PE, neste ato representada pelo Senhor Saulo Davi de Lima Silva, portador da Carteira de Identidade nº 7373801/SDS/PE e inscrito no CPF sob nº. 066.558.874-70, residente e domiciliado na Av. Rui Barbosa, nº. 283, Bairro Divinópolis, Caruaru-PE, doravante denominado **CONTRATADO**, estabelecem o presente **CONTRATO DE SERVIÇOS**, e bilateralmente aceitam, ratificam e outorgam, mediante as condições e cláusulas a seguir dispostas pelas partes, a que estão obrigadas a cumprir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. A prestação dos serviços objeto do presente Contrato, rege-se pela Lei Federal nº 10.520/02, pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, por suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Contratação de Pessoa Jurídica ou Pessoa Física para Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Consultoria e Assessoria de Engenharia na Fiscalização e Acompanhamento das Obras e Convênios no município de Camutanga-PE, conforme especificações contidas no Anexo I (Termo de Referência) deste edital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. O prazo para a execução do objeto deste acordo será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Como contraprestação à execução do serviço, objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada**, parcelas mensais de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) perfazendo o valor global de **R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais)**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA



§ 1º – O Contratante efetuará o pagamento das faturas referentes à prestação dos serviços, objeto deste Contrato em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da entrada das mesmas no protocolo da Secretaria de Finanças, localizada Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 240, Centro, Camutanga/PE.

§ 2º - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP- M).

§ 3º - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

5.1. As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar este Contrato para todos os fins legais.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Os recursos alocados para a realização do objeto do presente acordo serão oriundos da seguinte dotação orçamentária:

02.08 – Secretaria de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente

1545200072.068 – Gestão da Secretaria de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente

33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

7.1. O regime jurídico que rege este acordo confere ao município de Camutanga as prerrogativas constantes dos arts. 58, 77 e seguintes da Lei 8.666/93, as quais são reconhecidas pela **Contratada**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei 8.666/93, caberá à Contratada:

§ 1º - A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do presente Contrato, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.

§ 2º - Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

§ 3º - Obriga-se a Contratada a manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como com todas as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.

§ 4º - Prestar os serviços rigorosamente de acordo com a especificação constante no Termo de Referência, Anexo I do Edital e na sua proposta, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminados.

§ 5º - Comunicar à Contratante para prévia autorização, quando houver necessidade de trabalho em dias não úteis, finais de semana e feriados, sem ônus adicional à Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA



§ 6º - Não subcontratar parcial e/ou globalmente a prestação dos serviços;

§ 7º - Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento empreendido pela Contratante;

§ 8º - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

§ 9º - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes do trabalho, quando em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecidos nas dependências da Contratante;

§ 10º - Responsabilizar-se pelas obrigações decorrentes das normas que estabeleçam encargos fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, não transferindo, em hipótese alguma, a responsabilidade pelos respectivos pagamentos à Contratante, inclusive se houver obrigatoriedade de retenção;

§ 11º - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que nas dependências da Contratante;

§ 12º - Implantar, de forma adequada, supervisão dos serviços de fiscalização de obras, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

§ 13º - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

§ 14º - Apresentar nota fiscal de serviços pertinente ao objeto, para liquidação da despesa pela Contratante;

§ 15º - Prestar os serviços de elaboração de projetos dentro dos parâmetros e rotinas técnicas cabíveis, utilizando conhecimento e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

§ 16º - Executar de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos e materiais, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante;

§ 17º - Responder e responsabilizar-se pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando na realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas, as medidas corretivas necessárias;

§ 18º - Fornecer materiais, produtos e equipamentos de trabalho, principalmente de segurança, coletivos e individuais, tais quais Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, adequados e necessários à consecução dos serviços, sem quaisquer ônus para a Contratante, responsabilizando-se pelo quantitativo e qualitativo dos materiais, produtos e equipamentos empregados;

§ 19º - Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade ou inconsistência, de caráter urgente, prestando os esclarecimentos julgados necessários para sua correção;



§ 20º - Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

§ 21º - Utilizar pessoal técnico qualificado, instruído, devidamente uniformizado e identificado para os serviços referenciados;

§ 22º - A contratada deve se fazer presente 01 (uma) vez por semana na sede da Secretaria de Obras, podendo ser necessárias visitas extras a critério da administração;

9. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes condições, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas por leis posteriores.

§ 1º - Pelo Contratante: a) Unilateralmente, em caso de inexecução do objeto contratado, bem como variação de interesse, nos termos do art. 58, II, c/c art. 79, I, da Lei 8.666/93. Não sendo permitida esta a Contratada, por tratar-se de preceito de ordem pública, em que se observa o interesse público, e atribuível, tão somente, ao Ente Federativo.

§ 2º - Por ambas as partes: a) Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, tornando absolutamente inviável a execução do Contrato.

§ 3º - Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI, art. 78 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, terá a Contratada direito, exclusivamente, ao pagamento dos produtos fornecidos e aceitos.

§ 4º - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I. Aplicar-se-á à Contratada multa moratória diária de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor global do Contrato pelo não cumprimento dos prazos fixados neste Edital, ou pelo inadimplemento de qualquer obrigação contratual, assegurada ampla defesa, devendo o valor da multa ser recolhido à Tesouraria da Prefeitura de Camutanga, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação da penalidade, sem prejuízo de qualquer outra cominação prevista neste Edital, no instrumento contratual ou na Lei nº. 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, por dia de atraso na execução do objeto licitado;

II. Em caso de rescisão contratual, por culpa ou dolo da Contratada, será aplicada à mesma, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato, independentemente das penalidades previstas em lei.

III. Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

IV. Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA



§ 1º - Advertência por escrito;

§ 2º - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com Município de Camutanga pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e

§ 3º - Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, inc. IV da Lei nº. 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

V. Em qualquer dos casos mencionados nas alíneas I e II, a Contratada faltosa poderá sofrer as penalidades previstas nos § 2º e § 3º, seguida da comunicação a toda administração direta e indireta do Município de Camutanga.

VI. Antes da aplicação de qualquer sanção ou penalidade à Contratada, será assegurada à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

11.1. Conforme disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, a publicação do presente instrumento será efetuada em extrato, no local de costume, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo à conta do município de Camutanga a respectiva despesa.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§ 1º - Nos termos do §3º do Art. 55 da Lei 8.666/93, no ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, tudo em conformidade com o disposto no Art. 63 da Lei 4.320/64.

§ 2º - Os serviços objeto deste Contrato serão regidas pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, Especificações de Serviços e pelas demais especificações técnicas do projeto.

§ 3º - A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao município de Camutanga ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o município de Camutanga de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

§ 4º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto contratado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 5º - A Contratada reconhece o direito do município de Camutanga de paralisar a qualquer tempo ou suspender a prestação do serviço, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados.

§ 6º - A Contratada deverá, durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentada na licitação.

Nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato é a Comarca da Cidade de Ferreiros, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA



E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Camutanga-PE, 12 de fevereiro de 2021.

Talita Cardozo Fonseca

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA

CONTRATANTE

Talita Cardozo Fonseca

PREFEITA

Saulo Davi de Lima Silva

S A SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 28.942.539/0001-89

Saulo Davi de Lima Silva

CPF nº. 066.558.874-70

TESTEMUNHA:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

[Handwritten mark]